

QUE FAZER COM OS VELHOS? FAMÍLIA E EXPERIÊNCIA DE ENVELHECIMENTO

Márcio Nicory Costa Souza*

RESUMO: *O objeto desse estudo é a velhice no contexto de profundas transformações nas estruturas familiares, caracterizado por mudanças nos arranjos e estratégias dos agentes a fim de garantir a sobrevivência, ou interceder pelas necessidades de ordem econômica-financeira e cuidados com o envelhecimento de seus membros. A categoria analítica “experiência de envelhecimento” ou “situação-condição de velho” para o estudo da velhice no foro familiar surgiu após investigações e revisão de literatura sobre a Sociologia da família e Sociologia da velhice. Esta categoria procura abarcar o processo de envelhecimento das pessoas, caracterizado como desencadeador de mudanças fundamentais na posição de uma pessoa na sociedade, nas suas relações com os outros. Acreditamos que o poder e o status das pessoas mudam, rapidamente ou aos poucos, quando elas chegam aos sessenta, aos setenta, oitenta ou noventa anos. A categoria procura também compatibilizar os elementos individuais e sociais identificáveis na velhice ou durante o envelhecimento. Portanto localiza-se a velhice como uma experiência tratada pessoal e socialmente. Temos como objetivo caracterizar a perda de papéis dos agentes envelhecidos na família e conhecer o lugar dentro da família nas decisões da pessoa idosa. Para tal, serão constituídas, a partir dos depoimentos gravados com os idosos, histórias de vida divididas em três momentos ou fases: a família e os arranjos pregressos, o casamento e a maturidade e a família atual. O segmento das famílias abordado nesse trabalho é definido pela situação dos idosos na família. Privilegia-se a situação de parentes do chefe.*

Palavras-chave: Velhice; Família; Experiência de envelhecimento

INTRODUÇÃO

Os cuidados ou amparo à velhice se colocam como uma das funções históricas da família, junto aos cuidados com os doentes e crianças (socialização primária). As mudanças e perdas/transferências de papéis ou funções também caracterizam a história social das famílias nas sociedades modernas e contemporâneas.

Este trabalho tem como objetivo discutir parte da bibliografia referente ao envelhecimento no âmbito familiar. Proposta desenvolvida, inicialmente, como objeto de estudo de um projeto de pesquisa para a conclusão do curso de bacharelado em ciências sociais. É a velhice no contexto de profundas transformações nas estruturas familiares, caracterizado por mudanças nos arranjos e estratégias dos agentes a fim de garantir a sobrevivência, ou interceder pelas necessidades de ordem econômica-financeira e cuidados com o envelhecimento de seus membros que se tem como objeto de estudo. Entendemos que mudanças vêm afetando as famílias e que estas assumem significativa importância para o entendimento do que procuramos chamar de experiência de envelhecimento. O suposto fundamental é que as mudanças nas estruturas familiares dão configurações distintas às experiências de envelhecimento e reafirmam a heterogeneidade aglutinada dessas experiências.

* Licenciado em Ciências Sociais pela UFBA e bacharelado pela mesma Universidade. Bolsista do Centro de Recursos Humanos – CRH. Orientadora: Iracema Brandão Guimarães, Professora do Departamento de Sociologia e do PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia – UFBA e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos – CRH.

São mudanças de ordem econômica que afetam as estruturas das famílias brasileiras e que tendem a afetar também as posições e papéis tradicionais dos membros. São as estruturas sociais determinando e redeterminando os arranjos familiares e orientando/recriando disposições para as práticas dos agentes na e para a família. Dessa forma, a velhice de um membro não se configura como novidade às famílias, mas sim as opções sociais para o envelhecer desse membro, mesmo na existência de apoio material e humano para e no envelhecer dos parentes. Nesse sentido, qual o lugar do “idoso” – aqui entendido como pessoa maior de 60 anos – na família?

As mudanças sociais que demandam ajustes às estratégias e organização dos papéis e funções familiares encontram, na transferência ou enxugamento das funções secundárias – como continuidade e responsabilidade dos agentes com os agentes de um ciclo de vida já completado (velhos) –, opções para o envelhecimento de algum de seus membros: casas asilares, cuidadores externos, clínicas e lares em formato de internato ou semi-internato, ou ocupação dos idosos ativos e não-dependentes em novos espaços e grupos de sociabilidade.

A abordagem inicial do projeto de pesquisa procurou focalizar a experiência de envelhecimento de pessoas idosas, reconhecidas como tal pela condição e posição sociais que ocupam nas famílias soteropolitanas. Contudo a abordagem limita-se a conhecer as condições de vida que caracterizam e marcam a experiência de (com) o envelhecimento de pessoas idosas.

A categoria analítica “experiência de envelhecimento” para o estudo da velhice no foro familiar surgiu após investigações e revisão de literatura sobre a Sociologia da família e da velhice. Esta categoria procura abarcar o processo de envelhecimento de pessoas em família como perda de funções ou disposições para a ação dos velhos a partir da, na família e para a família. Procura também compatibilizar os elementos individuais e sociais identificáveis na velhice ou durante o envelhecimento, portanto localiza-se a velhice como uma experiência tratada pessoal e socialmente.

O conceito de velhice adotado no projeto de pesquisa, o qual é referência para a elaboração desse trabalho, procura dar conta do processo de envelhecimento individual em família, tomando este como uma experiência, na qual há impactos e mudanças nos papéis e posições/reconhecimentos na família e em outros grupos. Por isso, ao somar e organizar a multiplicidade do envelhecer, faz-se necessário conhecer aspectos inerentes a esse processo e orientadores das condutas para e com os velhos. Assim, os graus de autonomia (física, econômica e afetiva-emocional) dos parentes envelhecidos podem aparecer como essenciais na tomada de decisão pelo internamento ou permanência em casa deles. É, portanto, que se pergunta “que fazer com os velhos?” no título dessa proposta de pesquisa.

Como queremos desenvolver um estudo qualitativo sobre os fatores motivadores das decisões sobre os idosos, vivendo em famílias e parentes dos chefes, a unidade familiar (BILAC, s.d.), tomamos este grupo como uma instituição social regida por códigos e leis, mas também como um espaço relacional (SALLES, s/d, p. 104), “marcado por relaciones sociales de naturaleza íntima, que son contingentes, cotidianamente elaboradas y permeadas por el poder”.

E são essas relações íntimas que faz em cada família “única y diferente de las demás”, que precisam ser conhecidas e compreendidas, para este projeto, no âmbito dos cuidados e decisões sobre (e com) os velhos. A perda dos papéis e posições que caracterizam o reconhecimento social do envelhecimento nos grupos e nas interações, também se expressa na família e tem assumido configurações distintas dadas as mudanças que afetam esta forma de organização social.



VELHICE E ENVELHECIMENTO: UM DESTINO HUMANO E UMA CATEGORIA SOCIAL

As etapas da vida, desde a concepção, a vida intra-uterina, a infância, a adolescência, juventude, maturidade, velhice e a própria morte, são construções sociais e assumem significados, valores e funções sociais nos diversos momentos da existência humana (MAGALHÃES, s/d; EISENSTADT, 1976).

As diferentes “idades”, a sua própria noção, é produto de uma prática social, é uma medida criada, abstrata com reconhecimento social e caráter classificatório. Estão, segundo Eisenstadt (1976) “entre os mais básicos e cruciais aspectos da vida humana e determinantes do destino humano”.

Ainda segundo este autor,

“[...] embora os processos biológicos básicos sejam provavelmente mais ou menos semelhantes em todas as sociedades humanas, sua definição cultural varia – pelo menos em detalhes – de uma sociedade a outra, e todas elas têm que defrontar-se com problemas decorrentes do fenômeno idade” (EISENSTADT, 1976, p. 1)

Tanto o processo de crescimento, quanto o de envelhecimento estão sujeitos a definições culturais. Definições estas que criam e atribuem papéis, ou condições para adquirir novos papéis para e nos diferentes grupos experimentados pelos indivíduos em suas trajetórias. Assim, por exemplo, dá-se ênfase à diferença entre a criança e o adulto para permitir que a criança se torne um adulto. As diferenciações entre idades assumem conteúdos expressos na temporalidade e transitoriedade biológica dos seres humanos, são elementos de referência. Nesse sentido, a velhice, como diz Stano (2001, p. 12),

“[...] é um conceito encarnado no processo social-histórico, mesmo tendo como primeira referência um processo biológico. Os significados instituídos, os modelos identificatórios vão criando uma idealidade e uma rede de sentidos que ultrapassam o meramente biológico do fenômeno do envelhecimento.”

Assim, as diferentes sociedades criam, inventam etapas para demarcar o curso da vida dos homens e identificá-los, significando elas de formas diferentes e valorizando aspectos distintos relacionalmente. Como analisa Áries (1981, p. 48): “[...] a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX e a ‘adolescência’, do século XX.”

Idades são criadas, assim como as “funções e atribuições preferenciais para cada fase ou grupo de idade, na divisão social do trabalho e dos papéis na família” (MOTTA, 1996, p. 125). Contudo para os velhos não estão previstos papéis específicos ou atividades. A velhice, dessa forma, se traduz como etapa de retirada ou atribuição arbitrária de papéis. Para os velhos não haveria lugar ou este está relegado ao isolamento.

Por isso, como diz Bourdieu, “as classificações por idade acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter... em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p. 112, Apud MOTTA, 1996, p. 125).

No curso da vida, a evolução biológica do ser humano,

“é decisivamente afetada pela classe social, pelo grupo profissional, pela cultura e demais determinantes, encurtando ou prolongando a vida. Permitindo, da mesma forma, que em cada uma de suas etapas seja maior ou menor a

possibilidade de conservação da saúde, aquisição da cultura e fruição dos bens, serviços e possibilidade de bem estar-social e individual” (MAGALHÃES, s/d).

Para entender a velhice e mesmo o processo de envelhecimento, faz-se necessário reconhecer que as diferentes atribuições etárias são vividas de formas diferentes e a condição de maturidade e de velhice, por exemplo, respondem à trajetória pessoal de classe, a posição social dos agentes envelhecidos, o que levaria a caracterizar o envelhecimento (processo) como variável segundo a condição de classe dos indivíduos. Dessa forma, a noção de experiência se converter como mediadora de elementos constitutivos estruturais, estruturantes e individuais das pessoas no tempo.

A noção de curso da vida, resgatada de Featherstone (In: Debert, 1994, p. 53), procura dar conta do diverso que é o processo de envelhecimento. Ora,

“[...] se o tempo de vida vivido pelas pessoas é diverso, torna-se salutar empreender um estudo do modo como este tempo é culturalmente organizado por grupos/categorias profissionais específicos, em espaços determinados. Não vale mais homogeneizar e/ou universalizar o fenômeno da velhice. (STANO, 2001, p. 14)”

Portanto os diferentes grupos sociais significam o tempo e o vivenciam de formas específicas. A experiência de envelhecimento, dessa forma, procura dar conta da realidade do envelhecimento, como algo delineado por condicionantes presentes na trajetória pessoal dos velhos, da classe e do habitus¹ definidor de práticas, da posição social dos indivíduos e dos diferentes níveis de poder nas relações familiares.

E a família é eleita como estrutura fundamental para compreender o processo de envelhecimento na medida em que é o foro privilegiado e histórico em que se vem envelhecendo. O cuidado com os velhos, dependentes ou não, se constituiu como uma das funções familiares secundárias e atribuições para o fim de um ciclo de vida e começo de outro.

“A dependência dos idosos se dá sobre a família e sobre instituições públicas e privadas. A família intermedeia parte da relação entre o mercado e os indivíduos pois distribui rendimentos entre seus membros, quer participem ou não de sua geração, assim como faz a intermediação entre o Estado e o indivíduo, redistribuindo, direta ou indiretamente, os benefícios recebidos” (CAMARANO, 2001, p. 37)

Então, se, conforme as inúmeras pesquisas antropológicas têm mostrado, “as fases da vida como a infância, a adolescência e a velhice não se constituem em propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica”, precisamos conhecer e compreender os grupos em que esses “rótulos” ou classificações são afirmados, culturalmente construídos e repassados, e onde os papéis que as acompanham se realizam e são executados (e reelaborados). Assim, de acordo com Telles (1988, Apud GOLDANI, s/d, p. 295), em longo trecho:

“[...] frente a la experiencia de una sociedad que se construye bajo varias formas de inseguridad e inestabilidad, de exclusión e ilegitimidad de sus vocés, la familia tiende a constituirse em un punto fijo alrededor del cual se estructuran

¹ A noção de Habitus advém de P. Bourdieu. O Habitus é definido como “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações [...]”. (BOURDIEU, 1972, p. 175 Apud ORTIZ, 1992, p. 15).

identidades y alrededor del cual hombres y mujeres trabajadores pueden contar una historia y construir una biografía, dar coherencia a los sucesos vividos, atribuir un sentido a sus experiencias y construir proyectos para el futuro, haciendo su mundo menos difícil de ser vivido.”

A CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA, FENÔMENO SOCIAL E PRÁTICAS PARA O ENVELHECIMENTO

Como classificação ou construção socialmente criada, a velhice e o seu surgimento como categoria social não está dissociado do processo de lutas simbólicas. Assim como a velhice, “[...] não seria possível tratar [qualquer idade] dos indivíduos como uma característica independente do contexto no qual ela toma sentido, tanto mais que a fixação de uma idade é o produto de uma luta que envolve diferentes gerações” (LENOIR, 1989, p. 68).

São essas lutas simbólicas que fazem com que uma idade e os papéis atribuídos a elas tenham maior ou menor relevância num dado momento. Segundo Lenoir (1989),

“a ‘velhice’, assim como a ‘juventude’, não é uma espécie de característica substancial que acontece com a idade, mas uma categoria cuja delimitação resulta do estado (variável) das relações de força entre as classes e, em cada classe das relações entre as gerações, isto é, da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações (LENOIR, 1989 p. 71-72).”

Lenoir entende a velhice, como outras categorias definidoras da idade (cronológica, biológica) para o curso de vida, como construções sociais, produto de lutas simbólicas para a hegemonia de um ou mais noções, expressadas num discurso e em linhas de ação específicas. Ao entender os princípios de classificação do mundo social (sexo, idade, cor, etnia, classe, etc.) como referentes a fundamentos sociais, reconhecem os processos de institucionalização e conseqüentes incompatibilidades entre as práticas e o levantamento de sujeitos empíricos.

E nesse cenário de lutas, constituição de especialidades ou saberes, de discursos sobre o fenômeno do envelhecimento populacional tem transformado o conceito (categoria mental) da velhice em “instituições com a força e a eficácia do real” (LENOIR, Op. Cit, p. 100). Processo caracterizado por este autor como “autonomização conceitual da velhice”. Assim,

“[...] a velhice é definida como uma etapa do ciclo de vida, identificável como tal, segundo critérios que diferem segundo as disciplinas intervientes: usura ‘biológica’ para os médicos. Idade ‘cronológica’ para os demógrafos, ausência de ‘funções sociais’ para os sociólogos’ [...] torna-se, deste modo, na faixa etária para os demógrafos (‘as pessoas com 65 anos e acima’), uma categoria médica para os médicos (‘os entrevados’), enfim, uma categoria social para os sociólogos (as ‘pessoas idosas’, os ‘aposentados’), etc.” (Op. Cit., p. 99)

De qualquer maneira, independente e legitimado pelo envelhecimento demográfico, – fenômeno vivenciado por quase todas as populações mundiais no final do século XX², que vem significando um crescimento, pelo menos numericamente, da população idosa –, a velhice se constitui como problema social demandante de soluções.

² Conforme Camarano (2001), “no caso brasileiro, o envelhecimento populacional pode ser traduzido pelo aumento da proporção da população de 60 anos e mais no total da população brasileira: de 4% em 1940 para 8% em 1996”. Percentual que tende a crescer, segundo estimativas, já que “uma proporção importante do seu crescimento já está determinada pela estrutura etária atual; os idosos do futuro próximo já nasceram” (p. 26).

“Trata-se agora de apontar os problemas que o aumento da população idosa traz para a perpetuação da vida social, contrapondo-o à diminuição das taxas de natalidade. O envelhecimento converte-se em um perigo, em uma ameaça à vida social. (DEBERT, 1998, p. 65)”

Este fato “tem levado a uma preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento que dá origem a uma série de práticas que visam promover uma adaptação bem sucedida à velhice (DEBERT, 1988, p. 537)”.

São práticas que logo encontram dificuldades em precisar o que é velhice, quando “ela começa” e quais os sujeitos empíricos passíveis de serem considerados velhos. Daí, as práticas assistencialistas que consideram a velhice como um problema específico, com a tônica das ações voltadas para “a situação de pobreza ou de invalidez [dos velhos]”. (DEBERT, Op. Cit.)

Motta (1998, p. 227) reconhece que “é difícil definir velhice, inclusive como delimitação referida ao biológico, por sua inseparabilidade do social”. O envelhecimento não é homogêneo, mesmo em cada indivíduo.

“Idades aproximadas, ou a mesma geração, não garantem características constitucionais – relativas a resistência física, saúde, inteligência – similares, nem muito menos a qualidade de vida que a condição de classe enseja – acesso ao conforto material, cuidados médicos, desgastes no trabalho” (MOTTA, 1998, p. 228)

Por se referir inseparavelmente a tantas dimensões, as noções de “velhice”, “envelhecimento”, as classificações como “idoso”, “terceira idade”, “melhor idade”, “quarta idade” etc., exigem – na medida em que o que se pretende compreender a experiência de (com) envelhecimento – um conceito, uma abstração de referência que aglutine todas essas dimensões próprias da condição do velho, do envelhecer. O conceito de velhice advindo de uma abordagem considerada como transdisciplinar (Siqueira; Botelho; Coelho, 2002) em revisão bibliográfica sobre a temática parece se aproximar desse propósito. Refere-se às formulações de duas autoras, Simone de Beauvoir (1976) e Ecléia Bosí (1998). Nessa perspectiva,

“[...] a velhice é percebida como fenômeno natural e social que se desenrola sobre o ser humano, único, indivisível, que, na sua totalidade existencial, defronta-se com problemas e limitações de ordem biológica, econômica e sociocultural que singularizam seu processo de envelhecimento.” (Idem, 2002, p.8)

Essa abordagem amplia a noção de envelhecimento, somando uma série de experiências individuais, dificultando um conceito ou noção geral de velhice. Por isso utilizamos a noção de experiência de envelhecimento como mediador das necessidades e características fisiológicas, simbólicas e estruturais que encerram esta fase ou momento da vida humana.

A noção de experiência é resgatada de Norbert Elias (2001). Para ele, a experiência de envelhecimento é pouco compreendida e pouco abordada pela literatura especializada. Segundo ele,

“a experiência das pessoas que envelhecem não pode ser entendida a menos que percebamos que o processo de envelhecimento produz uma mudança fundamental na posição de uma pessoa na sociedade, e, portanto, em todas as suas relações com os outros. O poder e o status das pessoas mudam, rápida ou lentamente, mais cedo ou mais tarde, quando elas chegam aos sessenta, aos setenta, oitenta ou noventa anos” (p. 83).



MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E AS FUNÇÕES HISTÓRICAS DA FAMÍLIA

As pesquisas sobre família e sua organização têm mostrado a diversidade dos arranjos, de suas composições e das formas de sociabilidade com outras instituições e em seu interior. Autores como Goldani (1994), Bilac (2000), Romanelli (2000) e Guimarães (1996) têm apontado que as famílias brasileiras passam por mudanças caracterizadas pela diminuição no tamanho e no incremento de novos arranjos domésticos e familiares. Segundo Goldani (1994, p. 8): “A complexidade da vida familiar aumentou devido ao incremento no número de famílias reconstituídas, resultado do incremento nas taxas de separação, divórcios e recasamentos”.

Nos últimos 20 anos, a vida familiar tem se modificado para todos os segmentos da população brasileira. A participação, cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, a diversidade nos tipos de união e o aumento do número de separações e divórcios, a expectativa de vida maior das mulheres, gerando mais viuvez feminina, o crescimento do número de mulheres solteiras com filhos, diminuição na fecundidade e as desigualdades de renda são elementos que caracterizam as mudanças na organização familiar. Conforme Goldani (1994, p. 10):

“[...] mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamentos entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, a posição relativa da mulher alterou-se profundamente, e até mesmo a legislação redefiniu o conceito de família – de uma concepção legal estreita sobre a família, em que só cabia um modelo de família legitimada pelo casamento com predominância do poder paterno e marital masculino, passa-se a algo mais próximo das práticas sociais vigentes.”

A falência do Estado como sistema para satisfazer as demandas da população, como mediador das contradições sociais e amortizador das desigualdades, – e a ênfase no modelo neoliberal, favorecedor das iniciativas privadas e pessoais – surge como pano de fundo do debate sobre a tendência crescente de transferência de responsabilidades para a comunidade e a família. Nesse sentido e com esta conjuntura, “haveria um ressurgimento da família, cujas dimensões parecem ampliar-se através de redes de solidariedade para além dos limites dos laços de parentesco por sangue ou adoção” (GOLDANI, 1994, p. 8).

Este processo chama à assistência e ao caráter amortecer das famílias as crises e arcos econômicos. Historicamente, o desenvolvimento das formações sociais, a articulação entre as relações de produção materiais com as demais instâncias da vida social (a política, jurídica e a ideológica), foi cambiante. O processo de especialização e diferenciação funcional pela divisão social do trabalho, como chamava Durkheim, assumiu contornos distintos. Assim,

“[houve] sociedades e momentos em que a reprodução humana [esteve] profundamente ‘colada’ às outras instâncias da vida social, no sentido de que uma mesma instituição se responsabiliza, por exemplo, pela reprodução, ao mesmo tempo em que se responsabiliza, também, pela política e pela economia [...]” (BILAC, 2000, p. 32)

A família com instância da vida social era responsável pela reprodução social, pela reprodução humana, a unidade de produção (“comunidade doméstica” weberiana), além de ser responsável pela socialização primária e pelos cuidados com os velhos.

Nas sociedades divididas em classes, observa-se progressivamente um processo de perda ou, como diz Bilac (Op. Cit, p. 32), “o ‘descolamento’ [...] da reprodução em relação a outras

esferas da vida social”. Isso por que, “a medida que a sociedade se complexifica, passa a haver uma crescente especialização institucional – cada dimensão da sociedade tem suas instituições próprias”. Contudo não se trata de um descolamento para um autonomização, há uma transferência de funções ou papéis para outras instituições. É o Estado e suas instituições que assumem essas funções.

Aos poucos a reprodução é socializada (BILAC, 2000) e surgem os elementos para pensar a “crise da família”. As responsabilidades são descoladas, produzindo diferenciações internas nas famílias e a reprodução social é fragmentada.

“Desde Durkheim, e de perspectivas variadas, os sociólogos têm apontado para a crescente repartição do processo de socialização por diferentes agências ou instituições sociais. Durkheim já discutia a ‘contração da família’ em consequência da ‘especialização funcional’ da sociedade.” (BILAC, idem)

Dessa maneira, o crescimento das profissões assistencialistas, educacionais e de saúde, das casas ou abrigos para idosos e creches, “termina por tirar dos pais e da família qualquer autoridade na reprodução”. Perde a família e perdem, internamente, também os idosos, principalmente os carentes de cuidados e dependentes de alguma forma.

Por isso, prevalece a idéia que de “a família, como instituição, vem perdendo funções e importância social: seu papel gradativamente se minimiza. A crise das famílias reais seria a crise do esvaziamento da instituição familiar, que não mais teria condições de referenciar ou organizar a reprodução” (BILAC, p.34).

E isso tem levado a pensar em uma “desinstitucionalização da reprodução” (BILAC, 2000). As mudanças nos arranjos familiares passam a estimular formulações teóricas sobre a crise da família ou de um modelo de família, todas respostas dadas às novas faces das famílias. E a noção da família como organizadora das normas sociais (socialização) passa a ser rejeitada: a família é reconhecida como “fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo depende da duração dos acordos”.

É precisamente esta família (ou famílias), caracterizada por mudanças em suas composição e flexibilidade na sua organização, pelo necessário e crescente desenvolvimento de estratégias para sobreviver e ajustar os rendimentos que, em meio ao anunciado processo de envelhecimento demográfico, “tem que lidar” com a velhice de seus membros.

Demandante de serviços públicos e em meio a um cenário de enxugamento das políticas sociais para atendimento social, é “a família brasileira como tradicional fonte de suporte econômico e afetivo dos seus idosos, [que] será chamada a assumi-los [os velhos] ainda mais” (GOLDANI, 1994, p. 18).

Em estudo multicêntrico sobre o idoso – realizado na Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guiana e Trinidad Tobago, em 1989-90 – constatou-se que são poucos os idosos vivendo sós e que mais de 50% deles vivem em unidades domésticas unigeracionais. Para o caso brasileiro, apenas 10% dos idosos viviam sós. O maior percentual se encontra em unidades multigeracionais (59%). Por isso, como diz Goldani (1994, p. 18), “os idosos [...] emergem como uma das camadas mais vulneráveis e dependentes do suporte da estrutura familiar”.

O envelhecimento populacional acarreta uma pressão sobre as famílias. A necessidade de cuidados e atenção vai de encontro às demandas de sobrevivência urgentes que levam ao mercado de trabalho mulheres e jovens, nas mais variadas atividades. Dessa forma, a situação de carência em que sobrevivem parcelas significativas da população adulta inviabiliza um apoio efetivo aos parentes envelhecidos, do ponto de vista material e afetivo.

“No quadro das transformações pelas quais passa a família, o maior número de membros idoso e as perspectivas de maior longevidade colocam a demanda por

serviços e atendimento na família como uma sobrecarga. (GOLDANI, 1994, p. 19)

É a partir daí que tomamos como hipóteses ao nosso problema que: a) O envelhecimento populacional causa uma pressão sobre as famílias. Nesse sentido, a necessidade de cuidados e atenção vai de encontro às demandas de sobrevivência urgentes das famílias, inviabilizando um apoio efetivo aos parentes envelhecidos; b) O espaço doméstico dos/aos velhos é restrito e secundarizado no conjunto das estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias. Dessa forma, os cuidados são uma sobrecarga para as famílias, que relegam esta função a instituições especializadas; c) A permanência em família não significa bem-estar e garantia de reconhecimento pessoal. Pode, inclusive, reafirmar a perda de papéis e responsabilidades por parte do idoso. A ida para um casa ou asilo, a preferência por viver sozinho ou em casas separadas dos filhos não significa isolamento – “pode significar um novo tipo de arranjo, uma nova forma de família extensa, na qual a troca e a assistência ocorrem de maneira intensa” (COHLER, 1983, citado por DEBERT, 1992); e, d) A procura por outros espaços de sociabilidade e de convivência, inclusive de semi ou internato, pode representar a busca por novos ambientes e relações para além das famílias de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto desse trabalho se justifica como estudo pela importância em incrementar o debate em torno de um conceito de velhice e de elementos consensuais para delimitar e identificar (caracterização do envelhecer) os idosos, para que a execução de políticas públicas não se torne incompatível com a realidade do envelhecimento populacional brasileiro. Já que é um fenômeno social que se caracteriza como recente, emergente (o envelhecimento da população brasileira), demanda tratamento teórico para, como nos diz Stano (2001, p. 13), “[não] se importar teorias e procedimentos, desconsiderando as particularidades e especificidades da velhice em um país ainda visto como um país de jovens”.

E, conforme Debert (1998, p. 66), “o saber científico não é um saber exclusivamente técnico, mas um saber que produz fatos normativos. As qualificações e desqualificações que ele opera acabam tendo o estatuto de um direito e de uma definição de normas.”

Este estudo se justifica também pela necessidade, conforme Guimarães (1996, p. 8), de “voltar-se para as implicações sociológicas da variedade desses arranjos familiares na atualidade, direcionando-os para as discussões sobre as especificidades da organização da vida privada [...]”.

O projeto que dá origem a este trabalho está em face de campo. No momento de conclusão desse trabalho, as entrevistas com os idosos ainda não tinham sido realizadas. As inferências são a título de hipóteses. Procurou-se, com isso, discutir bibliografia sobre a temática do envelhecimento e suas repercussões sobre as estruturas familiares, ou as repercussões das mudanças nas estruturais familiares – no suporte e transferência de apoio intergeracional (SAAD, 1997) – sobre a velhice de seus membros.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

BILAC, Elisabete D. Classes sociais e família: nota para a pesquisa empírica. **Perspectivas**, São Paulo, n. 4, p. 37-42, 1981.

____. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do C. B. de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p. 29-38.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: problema para quem? **Bahia, Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 10, n. 4, p. 36-48, mar./2001.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam M. Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

____. Desbravando fronteiras e redefinindo padrões. **Tempo e presença**. Rio de Janeiro, p. 13-17, n. 264, ano 14, jun./ago. 1992.

____. Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento. **BIB**, Rio de Janeiro, 1º semestre de 1992, pp. 33-49.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, s.d. Coleção: estudos.

ELIAS, Norbert. Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. In: ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 79-99.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov. 1994.

____. Las familias brasileñas y sus desafíos como factor de protección al final del siglo XX. IN: GOMES, C. (Org.) **Procesos sociales, población y familia**: alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre vida doméstica. FLACSO: Miguel Angel Porría, s.d.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Perspectivas sociológicas da família. **Bahia, Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 6, n. 1, p. 5-13, jun./1996.

HADDAD, Eneida G. de M. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção: Questões da nossa época.

KARSCH, Ursula M. Idosos dependentes: famílias e cuidadores. **Caderno de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, mai./jun/2003, p. 861-866.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P et alli. **Iniciação à prática sociológica**. São Paulo: Vozes, 1989. Cap. III, p. 59-106.

LOPES, Diva Maria F. O envelhecimento da população na Bahia. **Bahia, Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 6, n.1, p. 133-141, jun./1996.

MAGALHÃES, Dirceu N. **A invenção social da velhice**. São Paulo: s/d.

MOTTA, Alda Britto da. “Chegando pra idade”. In: BARROS, Myriam M. Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. Os velhos baianos (e a música é cada vez mais nova). **Bahia, Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 6, n. 1, p. 123-132, jun./1996.

_____. Reinventando fases: a família do idos. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, p. 68-87, jun./dez./1998.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Brasiliense, 1992. Coleção Grandes cientistas sociais.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idos, terceira idade... In: BARROS, Myriam M. Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do C. B. de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p. 73-88.

SIQUEIRA, Renata L. de; BOTELHO, Maria I. V.; COELHO, France M. G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência e saúde coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 4, 2002.

SAAD, Paulo Murad. Transferência de apoio entre o idoso e a família no Nordeste e no Sudeste do Brasil. *Revista Brás. Estudos Pop.*, Brasília, 14(1/2), 1997

STANO, Rita de C. M. T. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da Nossa Época, v. 87